

CONCURSO PARA A PREFEITURA DE GURUPI – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Provas de Conhecimentos

	Questões
Língua Portuguesa	01 a 10
Conhecimentos Regionais	11 a 15
Legislação Pertinente ao Município de Gurupi/TO	16 a 25
Conhecimentos Específicos	26 a 40



ATENÇÃO: transcreva no espaço apropriado da sua **FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO)**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Oportunidades não surgem, é você quem as cria.

ANTES DE RESPONDER AS QUESTÕES DAS PROVAS:

1. Verifique se este caderno contém quatro provas, com um total de 40 (quarenta) questões, sequencialmente numeradas de 01 a 40.
2. Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, imediatamente, após o início da prova.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

3. Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
4. Assine, no espaço indicado, utilizando caneta preta ou azul.

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

5. Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente de cada resposta, conforme modelo:



6. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
7. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR AS PROVAS:

8. Você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) e este CADERNO DE PROVAS.
9. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, iPad, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc.; relógios, óculos escuros, protetor auricular ou similar, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto, borracha e(ou) qualquer tipo de carteira ou bolsa; quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.; e ainda qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente.

Nome: _____
RG: _____

ATENÇÃO:
Após a prova você poderá levar consigo somente o Gabarito Rascunho.

Duração total destas provas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

QUATRO HORAS

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leio o texto a seguir e responda as questões **01, 02, 03 e 04**.

Licença - maternidade pode ser excessiva na Europa

Se o presidente Donald Trump cumprir sua promessa, os EUA se juntarão ao restante do mundo industrializado e oferecerão algum tipo de licença-maternidade remunerada.

Como foi explicado durante a campanha eleitoral, Trump daria seis semanas de licença remunerada a novas mães – menos que o mínimo de 14 semanas recomendado pela Organização Internacional do Trabalho, das Nações Unidas, e muito menos do que as mulheres profissionais recebem na Europa Ocidental.

No entanto, enquanto os EUA se aproximam de uma licença remunerada nacional, pesquisas sugerem que um afastamento excessivamente longo não é ideal. As políticas de licença parental que estendem o período a um ano ou dois muitas vezes são um empecilho para a vida profissional das mulheres, diz Ariane Hegewisch, diretora do programa de emprego e renda do Instituto de Pesquisa de Políticas para Mulheres em Washington: "Parece que isso desacelera tanto avanços na carreira das mulheres quanto à participação na força de trabalho". Na Alemanha natal de Hegewisch, por exemplo, as mulheres podem tirar até três anos de licença por filho com remuneração parcial. Efetivamente, 73 por cento das mulheres alemãs voltam à força de trabalho. Mas cerca de metade delas acaba trabalhando em tempo parcial, ganhando menos e avançando mais lentamente, caso avance.

Na verdade, embora o Fórum Econômico Mundial coloque a Alemanha no 13º lugar geral em igualdade de gênero, em relação à participação econômica das mulheres o país fica em 57º, atrás de Moçambique e Bielorrússia. De forma geral, continua existindo uma visão conservadora em relação às mães que trabalham, que às vezes são chamadas criticamente de "mães-corvo".

Annette Storr, uma funcionária da área de assuntos públicos da UPS na Alemanha, tirou um ano e meio de licença após o nascimento de seu filho. Ela diz que foi tempo demais: "Perdi contatos em alguns projetos e minha rede havia mudado". Agora, ela está ajudando a UPS a montar um programa de orientação informal para que mulheres em licença-maternidade estabeleçam "um contato mais relaxado, porém regular, voluntariamente", diz Storr. "É o que eu gostaria para mim mesma."

Os maiores benefícios, tanto para a mãe quanto para a criança, se manifestam nos primeiros seis meses de licença, afirma Christopher Ruhm, professor de políticas públicas e economia da Universidade de Virginia. Períodos de afastamento mais longos não dariam certo nos EUA, pelo menos não agora, disse ele, observando que os europeus têm maior proteção do emprego, sindicatos mais fortes e um seguro de previdência social muito mais forte. "Temos instituições muito diferentes", disse ele. "Seria recomendável começar com cautela, com uma licença modesta, e depois avaliar."

Até mesmo com uma lei, continuará havendo uma barreira cultural. Em uma pesquisa com mais de 25.000 formados na Faculdade de Administração de Harvard, mulheres em campos como finanças e consultoria afirmaram que tirar uma licença de mais de seis meses as prejudicaria profissionalmente. "Chefes e colegas de trabalho tiram conclusões negativas sobre as mulheres e o comprometimento delas", disse Robin Ely, diretora da Iniciativa de Gênero da faculdade.

Atualmente, a Lei da Licença Médica e Familiar dos EUA possibilita que funcionários tirem até 12 semanas de licença não remunerada. Uma solução inicial seria remunerar esta licença, disse Ruhm, da Universidade de Virginia.

Fonte: Laura Colby. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2017/03/01/licenca-maternidade-pode-ser-excessiva-na-europa.htm>. Acesso em: 1 mar 2017.

QUESTÃO 01

De acordo com a leitura do texto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Períodos longos para licença maternidade podem ser caracterizados como uma barreira para a vida profissional das mulheres.
- (B) Períodos longos de afastamento das mulheres podem prejudicar os avanços e a sua participação no mercado de trabalho.
- (C) Períodos longos de licença maternidade são um empecilho ao retorno ao trabalho de mulheres, uma vez que elas fortalecem os laços afetivos com a criança, sendo essa a causa principal de seu fracasso quando de seu retorno ao mercado de trabalho.
- (D) Períodos longos de afastamento de mulheres que trabalham podem desencadear, por parte de alguns chefes e colegas de trabalho, conclusões negativas sobre elas acerca de seu comprometimento no trabalho.

QUESTÃO 02

De acordo com a leitura do texto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Os europeus possuem mais benefícios e proteção do trabalho, uma vez que seus sindicatos são fortes e eles ainda têm seguro de previdência social.
- (B) Os EUA apresentam instituições diferentes da Europa em relação à proteção do emprego, por isso, a recomendação por um período de afastamento mais curto.
- (C) O presidente dos EUA, Donald Trump, conforme promessas de campanha, assegura que os americanos se juntarão aos demais países industrializados e oferecerão algum tipo de licença-maternidade remunerada. Ele garantiria seis semanas de licença remunerada a novas mães, menos que o mínimo de 14 semanas, recomendado pela Organização Internacional do Trabalho, das Nações Unidas.
- (D) Segundo dados do Fórum Econômico Mundial, a Alemanha vive uma contradição: de um lado, o mercado de trabalho é altamente competitivo para as mulheres, o que gera uma disputa acirrada entre mulheres e homens por salários e cargos, inviabilizando licenças de afastamento por longos períodos, de outro lado, apresenta uma realidade conservadora no que diz respeito às mães que trabalham.

QUESTÃO 03

Leia as afirmativas a seguir.

- I. Em: "[...] Os EUA se **juntarão** ao restante do mundo industrializado e **oferecerão** algum tipo de licença-maternidade remunerada" (1.º parágrafo), os verbos negritados estão conjugados na 3.ª pessoa do plural do futuro do presente do indicativo.
- II. Em: "Ela diz que foi tempo demais: "Perdi contatos em alguns projetos e minha rede havia mudado"" (5.º parágrafo), o uso dos dois pontos pode indicar um esclarecimento acerca do que acabou de ser dito.
- III. Em: "Como foi explicado durante a campanha eleitoral, Trump **daria** seis semanas de **licença remunerada** a novas mães" (2.º parágrafo), o verbo "daria" se encontra conjugado na 3.ª pessoa do singular do futuro do pretérito do subjuntivo e em "licença remunerada", identifica-se uma locução adjetivada.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 04

Leia as afirmativas a seguir.

- I. Na frase: “Atualmente, a Lei da Licença Médica e Familiar dos EUA possibilita que funcionários tirem até 12 semanas de licença não remunerada.” (8.º parágrafo), pode ser utilizada uma vírgula, sem causar prejuízo no uso da norma padrão quanto à pontuação, entre “a Lei da Licença Médica e Familiar dos EUA” e “possibilita”.
- II. Na frase: “De forma geral, continua existindo uma visão conservadora em relação às mães que trabalham, que às vezes são chamadas criticamente de “**mães-corvo**” (4.º parágrafo), a expressão em negrito pode indicar uma metáfora em relação às mães que trabalham.
- III. Na frase: “**Até mesmo** com uma lei, continuará havendo uma barreira cultural.” (7.º parágrafo), a expressão linguística negritada indica um argumento mais forte no sentido de determinada conclusão: a barreira cultural continuará a existir.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao uso adequado da concordância verbal.

- (A) Carlos ou João será nosso representante na Câmara de Vereadores. / Nem Carlos nem João será eleito governador do Tocantins.
- (B) A maioria dos alunos deseja as avaliações finais. / A maioria dos alunos desejam as avaliações finais.
- (C) Os Estados Unidos alerta para o uso de armas químicas. / Minas Gerais são um grande estado brasileiro.
- (D) Fazem-se chaves. / Faz três meses que não a vejo.

Leia o texto a seguir para responder as **QUESTÕES 06, 07, 08, 09 e 10**.

Trabalho escravo é ainda uma realidade no Brasil

O trabalho escravo ainda é uma violação de direitos humanos que persiste no Brasil. A sua existência foi assumida pelo governo federal perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1995, o que fez com que se tornasse uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a escravidão contemporânea em seu território. Daquele ano até 2016, mais de 50 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas a de escravidão em atividades econômicas nas zonas rural e urbana.

Mas o que é trabalho escravo contemporâneo? O trabalho escravo não é somente uma violação trabalhista, tampouco se trata daquela escravidão dos períodos colonial e imperial do Brasil. **Essa violação** de direitos humanos não prende mais o indivíduo a correntes, mas **compreende** outros mecanismos, que **acometem** a dignidade e a liberdade do trabalhador e o mantêm submisso a uma situação extrema de exploração.

Qualquer um dos quatro elementos é suficiente para configurar uma situação de trabalho escravo: 1. trabalho forçado: o indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica; 2. jornada exaustiva:

expediente penoso que vai além de horas extras e coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia; 3. servidão por dívida: fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre devendo ao empregador; 4. condições degradantes: um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade.

Quem é o trabalhador escravo? Em geral, são migrantes que deixaram suas casas em busca de melhores condições de vida e de sustento para as suas famílias. Saem de suas cidades atraídos por falsas promessas de aliciadores ou migram forçadamente por uma série de motivos, que pode incluir a falta de opção econômica, guerras e até perseguições políticas. No Brasil, os trabalhadores provêm de diversos estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, mas também podem ser migrantes internacionais de países latino-americanos – como a Bolívia, Paraguai e Peru –, africanos, além do Haiti e do Oriente Médio. Essas pessoas podem se destinar à região de expansão agrícola ou aos centros urbanos à procura de oportunidades de trabalho.

Tradicionalmente, o trabalho escravo é empregado em atividades econômicas na zona rural, como a pecuária, a produção de carvão e os cultivos de cana-de-açúcar, soja e algodão. Nos últimos anos, essa situação também é verificada em centros urbanos, principalmente na construção civil e na confecção têxtil.

No Brasil, 95% das pessoas submetidas ao trabalho escravo rural são homens. Em geral, as atividades para as quais esse tipo de mão-de-obra é utilizado exigem força física, por isso, os aliciadores buscam principalmente homens e jovens. Os dados oficiais do Programa Seguro-Desemprego de 2003 a 2014 indicam que, entre os trabalhadores libertados, 72,1% são analfabetos ou não concluíram o quinto ano do Ensino Fundamental.

Fonte: SUZUKI, Natalia; CASTELI, Thiago. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/fundamental-2/trabalho-escravo-e-ainda-uma-realidade-no-brasil/>>. Acesso em: 01 de março de 2016. (texto adaptado).

QUESTÃO 06

Sobre a interpretação do texto, marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) O trabalho escravo contemporâneo é considerado estritamente uma violação trabalhista, pois o indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho nas quais é explorado. Geralmente, o trabalhador escravo é imigrante que deixou sua casa em busca de melhores condições de vida.
- (B) O trabalho escravo contemporâneo é entendido como uma violação trabalhista, mas não coloca em risco a integridade física do trabalhador escravo. Este é um migrante que, muitas vezes, saiu de sua cidade por motivos, como falta de opção econômica, guerras etc.
- (C) O trabalho escravo contemporâneo compreende, além da violação trabalhista, casos que ferem a dignidade e a liberdade do trabalhador escravo. Este, geralmente, é um migrante que deixou sua casa em busca de condições de vida, sendo, muitas vezes, atraído por falsas promessas.
- (D) O trabalho escravo contemporâneo, embora seja visto como uma violação trabalhista, compreendendo ações que ferem a dignidade do indivíduo, ainda não foi reconhecido pelo Brasil. Nesse contexto, o trabalhador escravo pode ser considerado o migrante que se destina à região de expansão agrícola ou aos centros urbanos à procura de trabalho.

QUESTÃO 07

Os elementos em destaque, no segundo parágrafo, no texto: “Essa violação”, “compreende” e “acometem” podem ser substituídos, respectivamente, sem prejuízo ao sentido global do texto, **EXCETO** por:

- (A) essa quebra; integra; atingem.
- (B) essa infração; envolve; atacam.
- (C) essa transgressão; abrange; atingem.
- (D) esse cumprimento; exclui; apoiam.

QUESTÃO 08

Analise as afirmativas a seguir em relação ao emprego da crase.

- I. Na frase: “um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho” (3.º parágrafo), o emprego do acento grave, indicativo de crase, é facultativo neste caso.
- II. Na frase: Essas pessoas podem se destinar à região de expansão agrícola ou aos centros urbanos à procura de oportunidades de trabalho (4.º parágrafo), o termo em destaque recebe o acento indicativo de crase por se tratar de uma locução prepositiva.
- III. Na frase: “fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte” (3.º parágrafo), o emprego do acento grave, indicativo de crase, deveria ser empregado, tendo em vista a regência do verbo “referir”.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 09

Releia o período a seguir:

“O trabalho escravo não é somente **uma violação trabalhista**, tampouco se trata **daquela** escravidão dos períodos colonial e imperial do Brasil. **Essa** violação de direitos humanos não prende mais o indivíduo a correntes, mas compreende outros mecanismos [...]”.

Marque a alternativa **CORRETA** quanto à análise gramatical dos elementos em destaque.

- (A) “é” verbo transitivo direto.
- (B) “uma violação trabalhista” é objeto direto.
- (C) “daquela” classifica-se como pronome relativo.
- (D) “Essa” classifica-se como pronome demonstrativo.

QUESTÃO 10

Analise as afirmativas a seguir em relação aos aspectos gramaticais do texto.

- I. Na frase: “**Esses itens** são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador” (3.º parágrafo), a expressão em destaque se refere a “transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho”.
- II. Na frase: “Saem de suas cidades atraídos por falsas promessas [...]” (4.º parágrafo), o sujeito composto da oração é “migrantes”.

III. Na frase: “No Brasil, os trabalhadores **proveem** de diversos estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte [...]” (4.º parágrafo), o verbo destacado deveria estar grafado com acento circunflexo, de acordo com a atual reforma ortográfica.

IV. Na frase: “95% das pessoas submetidas ao trabalho escravo rural **são** homens” (6.º parágrafo), o verbo em destaque está no plural, já que concorda com “das pessoas”.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

PROVA DE CONHECIMENTOS REGIONAIS

QUESTÃO 11

Sobre a história do Tocantins, analise as afirmativas a seguir.

- I. A fim de proteger o território nacional, o governo central brasileiro determinou a construção de vários presídios militares ao longo dos rios Araguaia e Tocantins, durante os séculos XVIII e XIX.
- II. Os aldeamentos indígenas foram decisivos para o desenvolvimento da exploração da borracha, ocorrido no final do século XIX.
- III. Os primeiros colonizadores do Norte de Goiás foram os missionários do norte, provenientes, especialmente, de Belém, e os bandeirantes do sul, que partiam em expedições, sobretudo, de São Paulo.
- IV. O porto mais importante do período imperial, destinado ao comércio e ao transporte de mercadorias, foi estabelecido no atual município de Porto Nacional, às margens do rio Araguaia.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 12

Em relação à hierarquia de cidades no Tocantins, é **CORRETO** afirmar.

- (A) Impulsionada pelo crescimento nos setores de comércio e serviços, Gurupi consolidou-se nos últimos anos como a principal cidade da Região Central do estado.
- (B) Cidades médias, como Natividade e Dueré, constituem centros urbanos de referência na Região Oeste do estado.
- (C) O expressivo crescimento populacional de Araguatins a transformou no principal pólo econômico da Região Norte do estado.
- (D) A Região Sudeste do estado possui a cidade de Dianópolis como seu mais importante centro urbano.

QUESTÃO 13

A literatura tocantinense ainda possui pouca visibilidade no cenário nacional. Entretanto, um de seus mais destacados representantes reside em Gurupi, desde 1983, e conseguiu, em 2010, a honrosa participação na publicação “Antologia de Poetas Brasileiros Contemporâneos”. Trata-se do poeta, cronista e jornalista:

- (A) Pierre de Freitas.
- (B) Zacarias Martins.
- (C) José Gomes Sobrinho.
- (D) Clemente Luiz de Barros.

QUESTÃO 14

Desde o final do século XVIII, após o término do ciclo do ouro e a decadência econômica que se estabeleceu na região do antigo Norte de Goiás, uma das principais reivindicações dos habitantes e grupos políticos locais, a fim de buscar reverter a condição de isolamento e fragilidade social foi:

- (A) a isenção de impostos.
- (B) o estímulo à navegação.
- (C) o fechamento das fronteiras.
- (D) a construção de pólos industriais.

QUESTÃO 15

Considerando algumas das características relacionadas ao patrimônio histórico do estado do Tocantins, leia atentamente as afirmativas a seguir.

- I. Em Natividade estão às ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída no século XVIII.
- II. Arraias é a única cidade tombada no estado do Tocantins pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
- III. O Palacinho é considerado a primeira edificação construída em Palmas, no ano de 1989. Foi sede do Poder Executivo Estadual e, atualmente, abriga o Museu Histórico do Tocantins.
- IV. A primeira edificação tombada pelo IPHAN, no estado do Tocantins, foi o prédio da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, localizado na cidade de Monte do Carmo.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

PROVA DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE GURUPI

QUESTÃO 16

Nos termos da Lei Orgânica, o território do Município de Gurupi poderá ser dividido em distritos, por meio da Lei Municipal. São condições para que se constitua um distrito, **EXCETO**:

- (A) população superior a 1.000 (mil) habitantes.
- (B) mais de 300 (trezentos) eleitores.
- (C) existência, na sede, de pelo menos 100 (cem) moradias, escola pública, posto de saúde e cemitério.
- (D) existência de delegacia e corpo de bombeiros.

QUESTÃO 17

Analise as afirmativas a seguir.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Gurupi, os Vereadores, desde sua posse, não poderão:

- I. ser proprietário, controladores ou diretores de empresas que gozem de favor decorrente de contrato com o Município ou nele exercer função remunerada.
- II. ocupar cargo, função ou emprego de que sejam demissíveis *ad nutum* em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público municipal.
- III. patrocinar causa contra pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público municipal.
- IV. ser titular de mais de 1 (um) cargo ou mandato público eletivo.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Todas as afirmativas estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

QUESTÃO 18

Analise as afirmativas a seguir.

De acordo com o estabelecido na Lei Orgânica do Município de Gurupi, compete ao Município instituir impostos sobre:

- I. transmissão *inter vivos* por ato oneroso de bens imóveis.
- II. transmissão *causa mortis* por ato gratuito de bens imóveis.
- III. vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.
- IV. vendas a varejo de óleo diesel.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Nos termos da Lei 957/1991 (Código Tributário de Gurupi), são tributos de competência do Município: os impostos, taxas e as contribuições de melhoria decorrente de obras públicas. Dentre os impostos que podem ser cobrados pelo Município estão:

- (A) imposto decorrente de utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- (B) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (C) imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (D) imposto sobre a transmissão *inter vivos*, de bens imóveis, pôr natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

QUESTÃO 20

Nos termos da Lei 957/1991 (Código Tributário de Gurupi), estão isentos do imposto sobre serviço de qualquer natureza, os serviços executados, **EXCETO**:

- (A) pelos engraxates ambulantes.
- (B) pelos carroceiros.
- (C) pelos serventes de pedreiro.
- (D) pelos barbeiros.

QUESTÃO 21

Considerando o estabelecido pela Lei 957/1991 (Código Tributário de Gurupi), analise as afirmativas a seguir. São taxas cobradas pela utilização de serviços públicos:

- I. licença para o exercício do comércio ou atividade eventual ou ambulante.
- II. licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, profissionais e similares, em horário especial.
- III. expediente e serviços diversos.
- IV. serviços urbanos.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Nos termos da Lei Complementar 15/2009 (que reestrutura a Procuradoria Geral do Município), são órgãos de direção superior da Procuradoria do Município de Gurupi.

- (A) A Procuradoria Geral do Município.
- (B) A Sub-Procuradoria Geral do Município.
- (C) O Colégio de Procuradores.
- (D) A Corregedoria Geral do Município.

QUESTÃO 23

Analise as afirmativas a seguir. Nos termos da Lei Complementar 15/2009 (que reestrutura a Procuradoria Geral do Município), dentre outras atribuições, compete à Procuradoria Geral do Município:

- I. promover, privativamente, a cobrança da dívida ativa municipal.
- II. promover a uniformização da jurisprudência administrativa no âmbito de sua competência.
- III. prestar assessoramento jurídico aos entes da administração direta e indireta do município.
- IV. efetuar a defesa dos agentes públicos, quando questionados atos administrativos praticados no exercício da respectiva função, em consonância com orientação jurídica da procuradoria geral do município, ato normativo ou autorização expressa do prefeito municipal.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 24

Nos termos da Lei Complementar 15/2009 (que reestrutura a Procuradoria Geral do Município), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Ao Procurador Geral do Município, ao Sub-Procurador Geral do Município e aos demais Procuradores do Município, é vedado o exercício da advocacia privada.
- (B) Ao Procurador Geral do Município, ao Sub-Procurador Geral do Município e aos demais Procuradores do Município é permitido o exercício da advocacia privada, salvo em face da Fazenda Pública Municipal.
- (C) Ao Procurador Geral do Município é vedado o exercício da advocacia privada, enquanto ao Sub-Procurador Geral do Município e aos demais Procuradores do Município é permitido o exercício da advocacia privada, salvo em face da Fazenda Pública Municipal.
- (D) Ao Procurador Geral do Município e ao Sub-Procurador Geral do Município é vedado o exercício da advocacia privada, enquanto aos demais Procuradores do Município é permitido o exercício da advocacia privada, salvo em face da Fazenda Pública Municipal.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa **CORRETA**.

Nos termos da Lei Complementar 15/2009 (que reestrutura a Procuradoria Geral do Município), o Fundo de Apoio e Aprimoramento da Procuradoria Geral do Município, que será constituído fundamentalmente por verbas de sucumbência originárias de processos judiciais em que a Administração Municipal, inclusive Indireta, figure como parte, terá destinação da seguinte forma:

- (A) 20% da verba será afetada exclusivamente à estruturação da Procuradoria Geral do Município, com vistas ao aperfeiçoamento da Instituição, só podendo ser aplicada na expansão de sua biblioteca e aquisição de acervo técnico-jurídico e capacitação de pessoal, enquanto 80% serão destinados ao pagamento de honorários advocatícios aos Procuradores que atuaram nos respectivos feitos.
- (B) 50% da verba será afetada exclusivamente à estruturação da Procuradoria Geral do Município, com vistas ao aperfeiçoamento da Instituição, só podendo ser aplicada na expansão de sua biblioteca e aquisição de acervo técnico-jurídico e capacitação de pessoal, e os outros 50% serão destinados ao pagamento de honorários advocatícios aos Procuradores que atuaram nos respectivos feitos.
- (C) 80% da verba será afetada exclusivamente à estruturação da Procuradoria Geral do Município, com vistas ao aperfeiçoamento da Instituição, só podendo ser aplicada na expansão de sua biblioteca e aquisição de acervo técnico-jurídico e capacitação de pessoal, enquanto 20% serão destinados ao pagamento de honorários advocatícios aos Procuradores que atuaram nos respectivos feitos.
- (D) 40% da verba será afetada exclusivamente à estruturação da Procuradoria Geral do Município, com vistas ao aperfeiçoamento da Instituição, só podendo ser aplicada na expansão de sua biblioteca e aquisição de acervo técnico-jurídico e capacitação de pessoal, enquanto 60% serão destinados ao pagamento de honorários advocatícios aos Procuradores que atuaram nos respectivos feitos.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Sobre a organização da República Federativa do Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- II. Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- III. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- IV. O desmembramento de município far-se-á por lei municipal, submetida a referendo da população interessada do município desmembrado.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 27

Considerando as normas constitucionais sobre o Estado de Defesa, analise as afirmativas a seguir.

- I. O decreto do Estado de Defesa tem por finalidade preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- II. O decreto que instituir o Estado de Defesa poderá ser por tempo indeterminado e especificará as áreas a serem abrangidas.
- III. Na vigência do Estado de Defesa é permitida a incomunicabilidade do preso.
- IV. No Estado de Defesa, é possível, nos termos e limites da lei, a imposição de medidas coercitivas como a restrição aos direitos de sigilo de correspondência e comunicação telefônica.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 28

Quanto à previsão normativa contida na Constituição Federal de 1988, sobre a ordem econômica e financeira, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- (B) Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

- (C) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- (D) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem ao Município em que estiver geograficamente localizado, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

QUESTÃO 29

Considerando as normas contidas na Lei nº 8.666/1993, em especial sobre a previsão de compras, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- (B) O registro de preços será precedido de restrita pesquisa de mercado, limitando-se à localidade onde o órgão público se encontra.
- (C) Os preços registrados serão publicados anualmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- (D) Somente as pessoas jurídicas registradas na Junta Comercial são partes legítimas para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

QUESTÃO 30

Nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir.

- I. A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no país, ficando excluídos os localizados no exterior uma vez que deverão atender as exigências do país estrangeiro em que os bens estiverem localizados.
- II. A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- III. Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou prestar falsa declaração.
- IV. O agente público, a seu critério, poderá optar pela entrega de cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal, na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 31

São atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito, **EXCETO**:

- (A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (B) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- (C) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão, decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

QUESTÃO 32

Sobre a política tarifária das concessões e permissões de prestação de serviços públicos, estabelecidas na Lei nº 8.987/1995, analise as afirmativas a seguir.

- I. A tarifa do serviço público concedida será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas em Lei, no edital e no contrato.
- II. Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- III. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta na licitação, em nenhuma hipótese implicará a revisão da tarifa.
- IV. As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 33

Considerando as normas e os entendimentos jurisprudenciais, sobre o direito de férias dos empregados, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A indenização pelo não-deferimento das férias, no tempo oportuno, será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
- (B) Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.
- (C) Os dias de férias gozados, após o período legal de concessão, deverão ser remunerados em dobro.
- (D) O empregado, que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço, não tem direito a férias proporcionais

QUESTÃO 34

Considerando as normas contidas na Lei n. 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, **EXCETO**:

- (A) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
- (B) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
- (C) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- (D) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

QUESTÃO 35

Considerando as normas contidas na Lei n. 6.766/1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), analise as afirmativas a seguir.

Não será permitido o parcelamento do solo:

- I. em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
- II. em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.
- III. em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- IV. em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 36

Considerando as normas contidas no Código Civil, sobre o estabelecimento do domicílio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- (B) Tendo a pessoa jurídica de direito privado diversos estabelecimentos, em lugares diferentes, seu domicílio será aquele mais antigo.
- (C) O domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal.
- (D) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á seu domicílio qualquer delas.

QUESTÃO 37

Considerando as normas de capacidade contidas no Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os menores de 16 (dezesesseis) anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- II. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.
- III. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são relativamente incapazes.
- IV. Os pródigos são absolutamente incapazes.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 38

Considerando as normas contidas no Código Penal são crimes contra a Administração Pública, **EXCETO**:

- (A) utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público, avaliação ou exames públicos, processo seletivo para ingresso no ensino superior, ou exame ou processo seletivo previstos em lei.
- (B) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (C) inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
- (D) extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo, sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.

QUESTÃO 39

Considerando as normas contidas na Constituição Federal de 1988, sobre o Sistema Tributário Nacional e a jurisprudência pátria sobre as "taxas", analise as afirmativas a seguir.

- I. As taxas podem ser exigidas pelo Poder Público em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- II. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- III. O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- IV. É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 40

Considerando as normas contidas na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional e no entendimento consolidado pela jurisprudência pátria, analise as afirmativas a seguir, pertinentes ao imposto predial e territorial e urbano (IPTU).

- I. A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio.
- II. É permitido ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- III. O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
- IV. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.